

XXXIII ENCONTRO ANUAL DA ANPOCS

26 A 30 DE OUTUBRO DE 2009, CAXAMBU, MG

GT 2801: Partidos e Sistemas Partidários

**1ª sessão - Partidos Políticos: Recrutamento e recursos de
competição eleitoral**

**O GTE e o recrutamento de candidaturas no Partido dos
Trabalhadores**

MARIA LUZIA MIRANDA ÁLVARES

Instituto de Filosofia e Ciências Humanas /UFPA

luzia@ufpa.br

O GTE e o recrutamento de candidaturas no Partido dos Trabalhadores (versão preliminar)¹

Maria Luzia Miranda Álvares²

UFPA

Resumo

Nas democracias contemporâneas, os partidos mantêm sua função tradicional de selecionar/recrutar candidatos/as (Duverger, 1970; Gallagher & Marsh, 1988; Hazan, 2002; Norris, 1993;1996;), nos diversos sistemas eleitorais, usando procedimentos de base formal (estatutos) e informal (indicação pessoal). Neste sentido, a presente proposta analisa as estratégias do Partido dos Trabalhadores ao criar o GTE – Grupo de Trabalho Eleitoral – que, dentre outras funções, tem contribuído para organizar o processo de recrutamento de candidaturas entre os/as filiados/as e as coligações com outros partidos. Para isso, serão analisados documentos oficiais do partido e entrevistas com membros integrantes do GTE, com apoio em uma literatura que tem subsidiado incursões nesse campo de estudo. Assim, espera-se evidenciar os tipos de estratégias utilizadas na formação de uma elite política e partidária.

Introdução

Prosseguindo os estudos sobre recrutamento/seleção de candidaturas como uma função partidária e a participação das lideranças no entorno eleitoral³, o presente artigo centra-se em um desafio sobre o tema, visto que mostra/aborda as táticas do Partido dos Trabalhadores ao criar o GTE – Grupo de Trabalho Eleitoral – que, dentre outras funções, tem contribuído para o processo de recrutamento de candidaturas entre os/as filiados/as e as coligações com outros partidos, organizando e planejando as campanhas eleitorais. Deste modo, pretende-se avaliar o funcionamento e o poder dos partidos políticos no capítulo referente às estratégias de fortalecimento da organização partidária,

¹ Este artigo é uma versão preliminar de discussões resultantes do projeto de pesquisa “Filiação, candidaturas & eleições: as trajetórias pessoais no recrutamento partidário para a competição eleitoral (Pará, 2004 e 2006)”- 400930/2006-4 – APq –CNPq. Problematisa a base informal do recrutamento de candidaturas, agora avaliando os insumos que são aplicados à produção de candidaturas. Tomou-se o PT para esse estudo inicial pelas características que este apresenta na formação política de sua base de filiados/as. O projeto teve apoio do CNPq no período de 2006-2008, quando então foi apresentado o relatório final pelo término do tempo de vigência do contrato com essa agência, mas a pesquisa prossegue com avaliações das eleições municipais de 2008 e o papel das lideranças partidárias na constituição das listas e o perfil de candidatos e candidatas.

² Professora Associada 1. Faculdade de Ciências Sociais/ Ciência Política/UFPA. Doutora em Ciência Política/IUPERJ.

³ Questões situadas nos objetivos do projeto de pesquisa “Filiação, candidaturas & eleições: as trajetórias pessoais no recrutamento partidário para a competição eleitoral (Pará, 2004 e 2006)” aprovado pelo CNPq em 2006, com alguns resultados apresentados (ANPOCS 2007; ABCP 2006 e 2008; Revista DADOS, 2008).

incentivando a sedução à participação de cidadãs/aos com vistas à obtenção de recursos para manter a estabilidade (eleitores, simpatizantes, adeptos/filiados e militantes) e garantir um lugar privilegiado no cenário político.

Sobre o procedimento de escolhas de candidaturas, Álvares (2004) avaliou, inicialmente, o registro de regras constitutivas nos estatutos partidários, intencionando saber como uma pessoa se tornava candidato/a num processo eleitoral no Brasil e se os/as concorrentes a uma cadeira parlamentar se submetiam a um padrão determinante de seleção. Nesta proposição, outros objetivos se interpuseram: identificar quais recursos pessoais (capital político) do/a competidor/a influíam na composição da lista partidária; qual a garantia do nome na lista final do partido a ser votada na Convenção; quais os critérios formais e informais de escolha de candidaturas entre os/as filiados/as partidários; e qual o padrão de carreira estes/as apresentavam ao serem incluídos/as na lista aprovada.

A minuciosa análise dos estatutos partidários acompanhada da versão de candidatos/as parlamentares (CD e AL) das eleições de 1998 e 2002, extraída de entrevistas com esses atores, confirmou a presença de um processo formal (legislação eleitoral e partidária) de seleção de candidaturas e evidenciou o aspecto informal (procedimentos não oficiais e práticas tradicionais) de lideranças e/ou órgãos partidários responsáveis pela indicação, votação e/ ou a homologação dos nomes de filiados/as que interferiam na composição das listas (Álvares, 2004).

A figura dos líderes partidários emergiu com papel significativo nessa escolha nominal, constituindo outro componente muito forte. Estes cidadãos, sendo membros e, alguns, ocupantes de cargos burocráticos do partido, têm peso no mercado político e critérios pessoais para medir a capacidade de os/as aspirantes angariarem votos. Eles avaliam os/as potenciais elegíveis com crescimento do quociente partidário (sejam filiados/as ou “cidadãos anônimos”); e procuram aplicar as regras estatutárias aos interessados na competição – neste caso, facilitam a escolha formal desse/a cidadão/a. Geralmente têm o domínio do conhecimento regimental e legal e, também, reconhecem as demandas partidárias, contabilizando os pesos e contrapesos de uma candidatura, muito antes do processo eleitoral estar formalizado. Neste sentido, interferem na oferta com forte ascendência na demanda de competidores que realmente importem para o partido.

Essas constatações instigaram os estudos sobre a base informal da seleção de candidaturas, que se acha nas mãos das referidas lideranças. Primeiramente, avaliando-se os partidos na organização do quadro eleitoral, em seguida, classificando-se os tipos de lideranças partidárias entre os que têm poder mais do que outros para interferir nas regras e escolher os competidores, cujo estágio, às vezes, inicia muito antes da data prevista para a eleição (Álvares, 2007).

O certo é que nas democracias contemporâneas, apesar dos questionamentos de alguns autores, os partidos políticos têm tido papel fundamental como mediador institucional para o ingresso do cidadão e da cidadã na vida política de um país: criam identidades políticas, estruturam as escolhas eleitorais, organizam eleitores e recrutam candidatos/as formando a elite política competitiva. Estas esferas apresentam funções específicas visando a reduzir custos de informação. Para isto, criam maior mobilização no processo de sedução à base partidária, pelo desalinhamento sistemático que têm sofrido, trazendo conseqüências lastimáveis, a exemplo: o declínio do número de filiados/as. Contudo, os partidos têm mantido sua função tradicional organizativa de selecionar/recrutar candidatos/as (Duverger, 1970; Gallagher & Marsh, 1988; Hazan, 2001), usando tecnologias de base formal (estatutos) e informal (indicação pessoal, estratégias de sedução). No Brasil estes estudos se inserem nos temas de comportamento eleitoral (Álvares (2004; 2006; 2008), organização partidária (Braga, M. Socorro. S, 2008) e formação de lideranças (Marenco, 1997; 2000; Bolognesi, 2008).

Neste artigo serão analisadas as estratégias das lideranças do Partido dos Trabalhadores ao criar o GTE – Grupo de Trabalho Eleitoral – que entre outras funções [avaliar os cenários pré-eleitorais monitorando a situação do partido, elaborando relatórios com dados e análises da disputa interpartidária, acompanhando o andamento das articulações do partido nos Estados, organizando o planejamento de campanha etc.] tem contribuído para o processo de sedução de simpatizantes e a manutenção do recrutamento de candidaturas entre os/as seus/suas filiados/as e na esfera das coligações que realiza com outros partidos. Nessa intenção, ainda em sua versão preliminar, foram utilizados documentos oficiais do partido e entrevistas com membros integrantes do GTE e da direção partidária, apoiando-se a discussão em uma literatura que tem subsidiado incursões no campo do estudo sobre organização partidária com o recrutamento de simpatizantes e adeptos conformando a seleção de candidaturas e se constituindo como elo dessa organização. Assim, o artigo está organizado nas seguintes abordagens: na

introdução, aponta a ligação entre os estudos anteriores de Álvares e os enfoques com a literatura internacional sobre as funções de recrutamento partidário; em seguida, evidencia a criação do GTE através do exame de sua inserção como órgão tático de campanha e mantenedor do planejamento de programas de governo visando à formação política e instruções formais dos candidatos/as; finaliza relacionando a função de coordenação e planejamento de campanha desse órgão com a ampliação das funções de recrutamento.

1. Grupo de Trabalho Eleitoral – GTE: definição, organização e tarefas

Numa entrevista de Álvares com uma liderança jovem do PT paraense veio à tona a presença do GTE nas eleições de 2008 – um dado considerado, pela autora, importante para as discussões empreendidas sobre organização partidária referente ao processo de recrutamento e/ou escolhas de candidaturas nos partidos políticos. Para Álvares tornou-se evidente que esse grupo, se não se constituía em articulador de fato para a indicação de candidatos/as, assessorava os órgãos de direção recepcionando os filiados em pré-candidaturas:

“(…) na verdade ele [GTE] não toma decisão, ele organiza as informações e passa-as para a executiva. Então a primeira triagem de adequação às normas estatutárias é feita pelo GTE, a segunda triagem que é sobre o potencial eleitoral do/a filiado/a é trabalho da executiva do partido”. (...) (H.C.)⁴

Com estes indícios da presença de um órgão sem registro nas páginas do estatuto do PT, com articulação integrada e circunstanciada entre as instâncias partidárias subsidiando/afetando a organização e o funcionamento interno do partido –foram estabelecidas estratégias de levantamento documental e informativo em nível eletrônico e no site do PT para verificar a configuração mais detalhada desse novo instrumento eleitoral, confirmando-se sua inserção em vários períodos eleitorais e respectivas competências:

“A Comissão Executiva Nacional do PT deve instalar hoje seu Grupo de Trabalho Eleitoral. O Grupo se encarregará de conduzir a estratégia para as disputas municipais deste ano e de dar suporte aos Diretórios Regionais nos preparativos para a

⁴ Entrevista concedida à pesquisadora, em maio de 2008, por Humberto Lopes Cunha, comunicólogo, mestrando em Ciência Política, militante e membro do GTE do PT/PA.

eleição 2008. Uma das primeiras tarefas do grupo será organizar o debate sobre política de alianças. (Bahia Notícias, 25/02/2008 - www.bahianoticias.com.br).

Esses detalhes foram aclarando as idéias em torno da representatividade do grupo e instigando a averiguação de uma agência desse tipo nos estatutos do PMDB, PSDB, PP, PCdoB, PL e PDT. Entretanto, no manuseio dos documentos, não se confirmaram as expectativas de ser uma nova agência a constituir um componente de presença regular e orgânica de outros partidos.

À medida que as informações, ainda que fragmentadas, eram analisadas, questões-problemas emergiram sobre argumentações em torno de: que tipos de estratégias eram utilizados pelo GTE no processo organizativo do PT, em vista de suas incumbências nas disputas eleitorais? Ou então: a criação desse grupo fora recente visando às eleições municipais de 2008? Ou se tratava de um novo foco da organização petista para o tempo da disputa político-eleitoral?

As explicações sobre o GTE através do contato inicial com o militante petista expressavam as bases do processo de articulação para o recrutamento de candidatos nos modelos já estudados pela autora, e inseriam dinâmicas próprias para o tempo eleitoral:

“ O PT [em 2008] vai ter quinze programas de TV para seus [candidatos] proporcionais, então como é que o PT, historicamente, faz? Seleciona dez para aparecerem em todos os programas ou cinco (...) aí vai hierarquizando. Tem o primeiro bloco de prioridades, o segundo bloco e o terceiro que aparece [na TV] se der. Então a executiva municipal que fez essa avaliação do potencial eleitoral [do/a candidato/a] diz: “bom, fulano/a de tal, tem condições de ter quinhentos votos sozinho, mas se eu colocá-lo na TV, ele vai pra 2000” e/ou: “não, esse daqui vai ter só dez votos, eu posso colocar ele quinze vezes na TV , mas não vai crescer, pode até perder voto, de dez vai cair para cinco”. Então a triagem do ponto de vista da legalidade é do GTE e a segunda triagem que é potencial eleitoral e condições políticas é da executiva municipal que aí também define uma das prioridades que não é considerada prioridade de material, de subir nos palanques ...(...)” (H.C.)

Esses arranjos expostos pelo entrevistado deram visibilidade às tarefas das lideranças no processo de avaliar o papel da organização partidária, no momento em que já está elaborada uma lista nominal com os/as candidatos/as de um pleito eleitoral. E se tornou instigante à observação pelas várias maneiras de a executiva municipal ter ingerência em detalhes que oferecem um meio de o eleitorado ter maior empenho em conhecer o leque de opções da lista partidária e garantir efetividade para a sedução aos candidatos potenciais.

Considerando o que já foi explorado em outros estudos por Álvares (2004; 2007/2008) tendo por base a indicação/seleção de candidaturas no PT, com apoio no modelo teórico baseado em Hazan (2001; 2002), o depoente demonstra que a fase mencionada/descrita é subsequente ao que já foi deliberado regimentalmente pelo “selecionador” aos cargos em disputa. E considera outras inserções no processo seletivo. Tratando dessa função partidária (escolhas de candidaturas), registra o interlocutor:

“O sistema de candidaturas que hoje o PT constrói, ele começou a ser montado a partir de 1992, a primeira vez que o partido traz critério de escolha de pré-candidatos a vereadores e a prefeitos (...). A quantidade de pré-candidatos era maior do que as vagas que eram disponibilizadas para disputa, então a executiva sentiu necessidade de regulamentar a escolha de candidaturas para evitar um maior desgaste interno. A partir do Congresso de 2001, o partido incorpora a prévia como uma diretriz estatutária, mas este estatuto a partir de um ato de (...) de acordo com a executiva é um pouco anterior, de 1992 pra cá”.(H.C.)

No Brasil, estando todas as condições constantes numa eleição, é possível avaliar, muito antes do período que antecede o pleito eleitoral, as informações da mídia em torno de um jogo de procedimentos que ocorrem nos bastidores partidários sobre quem será candidato, quais os recursos que esses cidadãos têm para se considerarem partícipes do processo de indicação de candidaturas e quais incentivos estão sendo negociados pelos líderes da ocasião, no preenchimento das fichas de inscrição ao partido visando a compor a relação nominal de candidatos/as para esse tempo específico.

Ao observar que a participação de lideranças, seja na base formal (institucional) ou informal (não-institucional) se acha no escopo de qualquer processo de seleção de candidaturas, Álvares (2004)⁵ estabeleceu uma visão própria do sistema de composição das listas partidárias para a competição eleitoral, onde as duas variáveis principais são o selecionador (formal/informal) e as qualidades do competidor (trajetória pessoal) interferindo na seleção⁶.

⁵ Cf. Capítulo 5, da tese de doutorado de Álvares, 2004.

⁶ O padrão formal do selecionador de candidaturas foi avaliado através da análise dos estatutos partidários brasileiros (cf. Álvares, 2004; 2005; 2006; e 2007). Até 1995 a indicação de candidatos/as regulamentava-se pela Lei 5.682/71, sendo um processo uniforme entre todos os partidos. Com a Lei 9.096, de 19/09/1995, excluiu-se da legislação nacional esse item, formalizando-se o procedimento nos estatutos dos partidos (Cf. o texto da Lei 9.096/95 com minúcias na definição de quem se filia, prazos entre a filiação e a candidatura e outros itens exigidos ao candidato). No Capítulo III – Do Programa e do Estatuto – o Art. 15, enfatiza o conteúdo normativo partidário (filiação, direitos e deveres dos membros, fidelidade e disciplina partidária) e dispõe, em seu item VI, sobre as “*condições e forma de escolha de seus candidatos a cargos e funções eletivas*”. A Convenção é referida como agência central de homologação das listas partidárias.

Dos 27 estatutos analisados, o do PT é o único que contém um item específico sobre pré-seleção de candidatos (formato e indicação dos responsáveis pelo processo) para todos os cargos nos três níveis de atuação: nacional, estadual e municipal. Há também referência aos pré-requisitos para um filiado se tornar candidato do partido (Art. 128). Em geral, os demais estatutos fazem menção à escolha dos candidatos aos cargos parlamentares e executivos, considerando a função que as agências exercem na organização, sem que este item constitua um capítulo exclusivo. O selecionador (o selectorate, de Hazan ou “gatekeeper” de Norris) identificou tipos de cargos que exercem, proporção de filiados e de lideranças delegadas que pactuam a indicação, as fases em que esta se distribui até a Convenção, o que contribui para evidenciar o desempenho de cada membro partidário no processo⁷.

O enfoque do entrevistado sobre as condições em que se dá a indicação de candidatos/as do PT mostra a racionalidade da competição considerando os dois meios de o filiado ou filiada integrar-se à lista partidária, o formal e o informal. Na referência abaixo se observa este aspecto:

“Na verdade [o processo] é misto porque até para os líderes indicarem os candidatos eles tem que se ater às regras tanto que [o estatuto] não tem a ver com a eleição diretamente em si, mas com relação à composição dos diretórios etc. Em alguns casos, o próprio deputado (...) ou o deputado (...), o grupo deles, montou um sistema no município à revelia do que reza o estatuto e, chegando à Executiva Estadual foi rejeitado. Porque por mais que você tenha o líder, aquela figura de referência, também o PT preza muito pela instituição. Então [a indicação] é um sistema misto onde ocasionalmente o líder pode ser derrotado se não na instância local, pelo menos numa instância superior” (H.C.).

Na vertente instigativa da questão sobre quem indica os/as filiados/as para compor a lista dos candidatos do partido às eleições, o líder entrevistado considerou três origens:

‘A primeira que é a mais normal que é o indicado pelo líder, mas na verdade são as tendências. (...). A primeira origem das indicações: as correntes políticas. Então podemos colocar que o “PT Pra Valer” hoje tem dois deputados estaduais na bancada (...). Uma segunda [origem] são os grupos de interesses sociais, aqueles grupos que têm uma bandeira específica pra levantar e não encontram, nas tendências, um referencial, acabam colocando algum candidato. Em 2000 e 2004 teve esse exemplo (...) ele colocou uma candidatura, não conseguiu dois mil votos, mas conseguiu atrair certos olhares da própria academia (...) e parte dos movimentos sociais. Uma terceira são as personalidades, aquela pessoa que não tem voto (internamente) no partido e tem algum alinhamento ideológico com o partido, mas que fala pra fora. Um exemplo concreto é a deputada R. Ela não tem voto internamente no partido se ela lançar uma chapa sozinha, ela teria digamos, dois por

⁷ Cf. Álvares, 2004

cento dos votos do PT, mas consegue agregar pra fora. Então são as três origens de apresentação de candidaturas” (H.C.).

Com base nesse primeiro depoimento, as interligações se inclinavam para considerar o processo de recrutamento de candidaturas no PT em sua base formal e informal, relacionando essa função à criação do GTE, supondo-se, para essa criação, uma motivação das lideranças em fortalecer a organização do partido e o novo contexto em que este se apresentava nacionalmente (crescimento político no âmbito majoritário e proporcional).

Sem evidências de estudos brasileiros sobre esse aspecto da política partidária buscou-se o enfoque de Siavelis & Morgenstern (2004) ao avaliarem os estudos sobre o processo de seleção. Expressam a necessidade de investir em outras formas de identificar o fenômeno, além dos modelos já apresentados dizendo que os desenhos conhecidos são “...menos pertinentes para o multipartidarismo predominantemente da América Latina, de regimes presidenciais”. E acrescentam:

“Para América Latina há só alguns estudos de caso teoricamente isolados tão cheios de perguntas endereçadas a recrutamento. Parte da razão para as lacunas é a dificuldade de medir a variável seleção de candidato devido às limitações para obter dados qualitativos e desmascarar o lugar da escolha do processo que na maioria dos países é atrás de portas fechadas. Nem está lá o acordo que interessa precisamente o que medir e como medir isto quando uma pessoa dirige o processo de seleção”⁸.

Considerando essas constatações dos autores para a América Latina, convém situar as suas recomendações da necessidade de avaliar os incentivos/desincentivos da competição, envolvendo os estudos sobre a natureza do processo de recrutamento e a sua intercessão entre os eixos formal e o informal com reconhecimento sobre a variação dos casos que determinam resultados concretos de recrutamento. Estes dois eixos interagem, com o primeiro incluindo as variáveis legal e partidária (a base estatutária) e o segundo alinhado ao procedimento das lideranças que indicam os competidores e enfatizam a natureza da interseção. Quer dizer, a mesma natureza do processo de recrutamento faz a interseção entre o formal e o informal que é

“...até mesmo mais importante que em outros tipos de análise institucional. Informalidade reina freqüentemente nestes processos, com efeitos importantes para os resultados. Nós devemos cuidadosamente distinguir entre as regras escritas do jogo,

⁸ Idem, *Ibidem*, p. 1. Tradução livre de Álvares, 2006.

ambos com respeito a estrutura do partido e a legal e o processo atual pelo qual são designados os candidatos (veja Helmke e Levitsky 2003). Nossa razão para uma aproximação de estudo de caso transnacional é um reconhecimento explícito que a informalidade fornece fontes importantes de variação por casos, e só pode ser descoberto por análise cuidadosa de experts do país” (p. 7)

Os autores recorrem à revisão de uma literatura sobre recrutamento que, em alguns sistemas eleitorais, não se coadunam aos exemplos de modelos que estão sendo usados em se tratando do sistema multipartidário. Nessa acepção, Álvares compartilha com eles, ao restaurar o formato das organizações, verificando o modo de indicação de candidaturas no espectro partidário brasileiro em seus arranjos informais circunstanciando a competição eleitoral. Assim também, em consonância ao que sugere Hazan (2002) a pesquisadora centrou a investigação em um caso e em um partido.

Então, se o GTE foi a escolha atual para examinar quais tarefas se interpunham nessa função partidária em termos de seleção/indicação de candidaturas, a *rationale* observada na versão extraída de entrevista com um membro do grupo precisava ser enriquecida com novas argumentações sobre o processo competitivo petista, antevendo a relação com o nível de organização que o partido tem criado ao longo de sua existência no sistema partidário brasileiro. Referendando isso, o foco da investigação foi um partido em um país onde outros modelos se entrecruzam e interferem nos paradigmas existentes, remodelando as imagens iniciais que determinam as diferenças.

1.1. O GTE e a emergência da coordenação eleitoral em tempo de campanha política

Os novos argumentos para dissecar a ação do GTE, excetuando a escolha de candidatos/as, incidindo nos arranjos formais/informais do processo eleitoral foram apresentados pelo presidente estadual do PT no Pará, João Batista Barbosa da Silva⁹. Ele iniciou discorrendo sobre a criação do partido, evidenciando a discordância dos primeiros líderes com a lei orgânica dos partidos políticos que vinha do regime militar, e as

⁹ João Batista Barbosa da Silva, natural de Pernambuco, há 28 anos residindo no Pará, filiado ao PT desde 1982, originário do grupo da Pastoral da Juventude da Igreja Católica em Recife, depois participando de outras frentes populares e de movimentos sociais. Desde 1985 assumiu vários cargos de direção no PT, em Belém, Santarém, assim como membro da Executiva Nacional do partido. Disputou a presidência do partido no Pará, vencendo as eleições. Foi o coordenador estadual do GTE no Pará, em 2008.

estratégias de “desobediência” pela via do Regimento Interno para orientar as decisões, inclusive a escolha de candidaturas no PT.

“O estatuto previa a Convenção, onde os candidatos seriam escolhidos, mas na convenção nem todos são iguais. (...) Então nós fazíamos a pré-convenção para poder escolher as candidaturas. O que valia para a gente era o resultado da pré-convenção, a convenção era só para homologar o que a pré-convenção, que nós chamávamos de encontros, havia escolhido (J.B., p. 4).

A experiência no processo competitivo desde a fundação do partido, em 1980, segundo João Batista, foi incorporando mudanças no estatuto criado. Aprovado em 1991, no primeiro congresso nacional, dez anos depois, em 2001, um novo congresso fez novas incorporações ao documento, com atualizações nas decisões do terceiro congresso, em 2007. Está previsto, diz ele, para o quarto congresso nacional, no próximo ano, 2010, a reformulação do tempo de filiação para o cidadão ou cidadã filiado/a que pretende se candidatar a qualquer cargo eletivo. A exigência legal de um período maior de filiação é uma estratégia para eliminar o risco de “candidaturas de aventureiros que vêm para o PT na véspera da eleição, se candidata, e não se coadunam às propostas do partido”, diz o líder.

“...esse debate, não está ainda resolvido, mas há proposta de ampliar para dois anos, pelo menos, o prazo de filiação partidárias para aqueles que querem ser candidatos. E como o partido foi crescendo, ao longo dos anos, então houve necessidade de se criar mecanismos para as eleições, um processo de coordenação das eleições” (...). O GTE nasce dessa necessidade e se eu não estou enganado, ele nasceu para a campanha municipal de 2000” (...) (J.B.).

João Batista da Silva aponta para o processo de organização do partido e um recorte temporal para a criação do GTE. No primeiro caso, configura-se a necessidade de mudanças que uma associação voluntária incorpora ao longo de seu desenvolvimento organizativo (PANEBIANCO, 2005). E no segundo, aponta para as experiências anteriores, os incentivos positivos do partido para a garantia de uma campanha eleitoral como a de 2000, que se renunciava determinante para o futuro do PT, demonstrando significativo crescimento na conquista de cargos nas instâncias municipais¹⁰.

Em relação ao formato de atividades e as características do GTE o presidente estadual do PT no Pará refere:

¹⁰ Cf. Resoluções – DN e CEN. Caderno 1, p. 3. s/ed., s/d.

“(...)ele [GTE] existe apenas no período das campanhas. Ele não é um órgão permanente do PT, é um órgão temporário, digamos assim. Ele surge a cada eleição, já é uma instituição do partido, mas não tem vida permanente no partido, tem uma constituição reconhecida, já está lá previsto, no terceiro congresso que fala sobre isso, mas ele tem vida orgânica, digamos assim, em cada período eleitoral”(J.B.)

Sobre a função desse órgão no partido, diz João Batista:

“O papel dele é de coordenar o processo eleitoral do ponto de vista programático, do ponto de vista da logística de campanha, de infra-estrutura, do apoio as candidatura que o partido apresenta. O GTE surgiu com esse objetivo de coordenar. Já que a direção do partido tem muitas atribuições, muitas tarefas no dia-a-dia, então, nos períodos das campanhas, é escolhido um grupo de pessoas, de filiados e filiadas, que fica com a tarefa única e exclusiva de acompanhar as eleições do partido, seja a municipal, a estadual ou a nacional. (...) Então ele nasceu com esse objetivo. Se eu me lembro...foi em 2000 a primeira vez que nós o experimentamos dentro do trabalho eleitoral”. (J.B.)

As alocações do presidente do PT/PA sobre a criação do GTE tendem a mostrá-lo como um dos instrumentos de coordenação para garantir a dinâmica interna do partido em dado momento da competição eleitoral. Evidencia a história do partido e a criação do Regimento Interno dispendo outras regras para sedimentar a organização. Os membros partidários tinham direito a três, quatro votos, conforme a função ocupada na estrutura partidária, na Convenção – órgão estatutário firmado pela justiça eleitoral para homologar os nomes dos candidatos inscritos na lista partidária. Para fugir a essa situação demonstrativa de que nem todos eram iguais, os líderes petistas decidiram instituir, nesse regimento, a regra de um filiado um voto. A pré-convenção foi uma estratégia criada para a escolha de nomes dos candidatos do partido com a participação de todos os filiados/as. É neste momento que se observa a primeira fase de atuação do GTE.

A reinvenção orgânica do PT se estabelece na mesma proporção da marcha das disputas eleitorais quando seus quadros de filiados/as, de candidatos/as e eleitos/as começam a se ampliar. Nascido da forte inserção dos movimentos sociais organizados nos anos 80, que se tornaram os atores políticos com relevante papel no cenário brasileiro, sua estrutura funcional interna e suas práticas organizativas destoam da tradição partidária nacional. É o que observa o presidente do PT no Pará, João Batista da Silva:

“...a nossa origem vem ou dos movimentos sociais, da base da igreja, da pastoral da juventude, pastorais populares, movimentos populares, movimento sindical e se

formaram as lideranças que hoje são parlamentares, são prefeitos, governadores, todos surgiram no início dos anos 80, final dos anos 70. (...) Mas essa origem aqui pra gente é importante porque ela dá uma força, dá uma consistência e nos dá também uma segurança no trato com as lideranças partidárias mesmo tendo divergências, mesmo tendo as correntes aqui no PT. (...) Evidentemente que hoje chegando aos 30 anos, já temos muitos outros filiados criados de várias outras matrizes não oriundos dos movimentos sociais, não oriundos das lutas, da experiência prática, do objetivo que ajudou a construir o núcleo do PT, que ajudou a construir um sindicato, uma associação, uma ONG. (...) Hoje tem a luta ambiental, a luta de mulheres, juventude, igualdade racial, agrária, direitos humanos. Aí tem transporte, saúde, tem um conjunto de atividades que envolve a sociedade a que a grande maioria dos nossos filiados está presente.

Estudiosos do processo de constituição do PT, além de versões da opinião pública, referem-no como um partido nascido com forte recorte ideológico e componente de classe, com programa próprio, organizado como partido de massa (nos moldes do desenho duvergeriano dos partidos europeus), tendo uma estrutura interna mais democrática que os demais partidos de esquerda. Rachel Meneguello (1989) e Margareth Keck (1991) têm obras pioneiras sobre a criação desse partido, identificando-o com características que demonstram o diferencial dos demais partidos brasileiros¹¹. E se enquadram nas referências do presidente do PT do Pará. Contudo, a identidade desse partido se reconstruiu a partir dos reflexos das disputas político-eleitorais com sucessos significativos de eleitos/as e crescimento gradual do quadro anterior de simpatizantes, adeptos e novos atores sociais nestes 29 anos de criação. Sua imagem discrepou daquela já modelada pelos teóricos e pelo senso comum como ideologicamente polarizada; enfrentou as discussões internas que evoluíram para crises estruturais e de identidade favorecendo defecções em suas fileiras. Os olhares dos que pretendiam ater-se ao modelo do petismo idealizado de forma “purista” viram-no construir táticas e novas estratégias de mudança, visando à maior eficiência na competição eleitoral prevendo a maximização de votos e a garantia de uma ambiência propícia ao fortalecimento de seu poder no quadro das organizações partidárias. Diz o presidente do PT/PA:

“Como o partido foi crescendo ao longo dos anos, então havia necessidade de se criar mecanismos durante as eleições, do processo de coordenação das eleições. O GTE nasceu dessa necessidade”.

Assim, a questão que se intenta enquadrar neste artigo – no que tange às relações entre recrutamento de candidaturas em bases formais/informais e as evidências empíricas

¹¹ Um estudo exemplar sobre o PT, inclusive com uma avaliação e revisão da literatura & temas enfocados sobre esse partido, encontra-se em Leal (2004).

dessa função entre as atribuições institucionais de um grupo de trabalho - o GTE - que organiza, coordena e elabora o planejamento das campanhas eleitorais como instrumento tático para um tempo de eficácia partidária, quer demonstrar que, como qualquer organização o PT abriu espaço para empreendimentos que garantissem a sinergia com o poder com vistas a manter, além de ampliar, os espaços que estão sendo conquistados nos governos e parlamentos. Nesse caso, pensar as atividades do GTE para racionalizar a escolha de candidaturas em um pleito eleitoral específico tem como evidência outro momento do processo de recrutamento o qual será tratado mais adiante.

1.2. As atribuições do GTE: Evidências teórico-explicativas de instrumentos partidários

No estatuto do PT, há registro do processo de pré-seleção de nomes de filiados/as para todos os cargos eletivos, majoritários e/ou parlamentares. Porém, não há alusão a um grupo eleitoral específico para o chamado “*service party*”, salvo se considerar o registro dos deveres dos militantes e grupos de “organismos anexos” (Duverger, 1970) ao partido. Considerando as estratégias de criação e a identificação do GTE como grupo tático, num partido com forte tendência a ampliar suas bases de poder na consecução de cargos majoritários e parlamentares e definição do ambiente externo e interno para o tempo de pré-seleção e campanha eleitoral, as atividades de planejamento de campanha que este agente desenvolve podem ser inscritas numa esfera do serviço para dar sustentabilidade às candidaturas, fortalecer a relação entre o/a filiado/a tendente a se candidatar em busca de garantir o formato diferencial de sua campanha junto aos demais competidores de seu próprio partido. Trata-se de formas organizativas de convivência, para garantias do poder, num cenário de incertezas.

As asserções de Panebianco (2005), ao criticar as teorias existentes sobre a organização e o poder nos partidos e as explicações sobre os problemas na identificação dos dilemas organizativos destes partidos consistindo em “exigências contraditórias que qualquer partido, como organização complexa deve, de uma maneira ou de outra, equilibrar” (p. 11), tornou-se, na concepção de Álvares, fonte de reflexão sobre a criação e a identificação do GTE como objeto de estudo num partido que se apresenta com forte tendência a ampliar suas bases de poder. E espera que seus pré-candidatos mantenham uma efetiva sedução junto ao eleitorado ao desenvolver um planejamento de governo.

Suas acepções contribuíram para avaliar o processo de organização e/ou reorganização da estrutura partidária petista, com as atribuições do Grupo de Trabalho Eleitoral.

A dedução que o autor faz com base na mais recente literatura sobre partido enquanto organização opondo-se aos vários modelos, mas evidenciando o modelo racional que admite o “*paradigma dos fins*”¹² é de que: a) uma organização jamais determina seus objetivos reais ‘a priori’, considerando que uma empresa espera maximizar seus lucros em *qualquer situação*; b) realização de uma pluralidade de objetivos “*as vezes tantos quantos são os agentes que compõem a organização*”, ou seja, metas variadas explicam a organização; c) a necessidade da “*manutenção da própria organização, a sobrevivência organizativa (e com ela a salvaguarda das próprias posições de poder*”) (p.13) demonstram muito mais o verdadeiro alvo dos dirigentes das organizações.

Considerando os modelos teóricos analisados na literatura faz objeções ao modelo racional abrindo espaço para o que chama de modelo de organização como *sistema natural* proposto por B. Abrahamsson (1977) ao afirmar:

“Em contraste com as idéias fundamentais da tradição racionalista, a perspectiva sistêmica não vê a organização principalmente como instrumento para a realização dos objetivos dos seus titulares. Mais do que isso, a organização é percebida como uma estrutura que responde e se adapta a uma multiplicidade de demandas por parte dos vários jogadores e que procura manter um equilíbrio conciliando essas demandas”¹³.

O modelo dos objetivos organizativos no *sistema natural* implica três conseqüências: 1) os objetivos efetivos da organização são, a maioria das vezes, encobertos pelos objetivos organizativos “oficiais”; 2) só serão concebidos como resultados dos equilíbrios, aqueles efetivamente alcançados entre demandas e objetivos específicos em competição; 3) a sobrevivência da organização é a meta comum dos diversos participantes sendo esta a condição continuada da busca individual dos objetivos específicos de cada qual.

Panebianco não considera estes dois modelos contrapostos ou excludentes. Usando a explicação de Michels, diz que eles são sequenciais:

¹² “(...) tanto as atividades quanto a fisionomia, a ordem interna de cada organização, são compreensíveis somente à luz dos objetivos organizativos”. Cf. Panebianco, idem, 12.

¹³ B. Abrahamsson (1977) *Bureaucracy or Participation. The logic of Organization*. Londres, Sage Publications 1977, p. 118. Apud Panebianco, 2005, p. 13.

“as organizações nascem efetivamente para a realização de certos objetivos, que são comuns aos participantes e em relação aos quais é forjada a fisionomia organizativa (conforme a perspectiva do modelo racional). Porém, com o passar do tempo, as organizações desenvolvem tendências no seu próprio interior seja para a auto-conservação seja para a diversificação dos objetivos dos diferentes agentes organizativos (conforme a perspectiva do modelo do sistema natural)” (p.15).

É próprio da organização, mesmo quando esta se acha consolidada, que os “objetivos oficiais” exerçam um peso efetivo sobre ela no desempenho de funções essenciais seja em relação aos “processos mais propriamente internos à organização seja no tocante às relações entre a organização e o seu ambiente” (p. 16-17).

Os outros dilemas que são tratados pelo autor sobre a ordem organizativa referem: a) os incentivos coletivos versus incentivos seletivos (distribuídos para a garantia de participação em uma associação voluntária, na qual se inclui o partido); b) a adaptação ao ambiente versus predomínio (envolvimento da organização em múltiplas relações com o próprio “ambiente” externo (“...os interesses pela autoconservação, alimentados pelos incentivos seletivos, levam a organização a se adaptar ao próprio ambiente, enquanto as lealdades relacionadas aos incentivos coletivos, e, enfim, à ideologia organizativa , levam-na a dominar o próprio ambiente”,,)); c) a liberdade de ação versus coerções organizativas (a ampla liberdade de ação dos dirigentes pelos imperativos organizativos não deve ser vista como um falso problema, visto que na maior parte dos casos trata-se de coalizões de indivíduos e/ou de grupos e devem ser vistas como negociações internas à organização). As análises destes dilemas convergem para o modelo de organização criado pelo autor que leva em conta a “*articulação dos fins*” conceito contributivo de Theodore Lowi (1971) para evidenciar que em nenhum partido haverá uma genuína “*substituição dos fins*”¹⁴ prevista na tese de Michels.

1.3. Ações do GTE e a “*articulação dos fins*”: entre a coordenação, o planejamento e as tendências na competição eleitoral

¹⁴ “Os objetivos oficiais, para cuja obtenção a organização surgiu e que tem contribuído para forjá-la, não são abandonados nem decaem a mera “fachada”. Eles são “adaptados” às exigências organizativas. (...) As insuprimíveis funções internas e externas dos objetivos oficiais impõem que um certo grau de atividades a eles relacionados seja continuamente realizado, porque a essas atividades está ligada a *identidade coletiva* do partido e (...) a legitimidade da liderança” (...). Cf. Panebianco, idem, p. 31-32).

Avaliando, nessa perspectiva, a documentação preliminar levantada sobre a criação do GTE e o registro de suas várias ações no âmbito da pré-candidatura dos filiados do PT em rota contínua (oferta de nomes e escolha na pré-candidatura) para chegar oficialmente ao Encontro do partido, e formalizar-se na Convenção, intencionalmente foi examinado um primeiro fascículo editado pela Secretaria Nacional de Comunicação e Grupo de Trabalho Eleições 96 (Campanha SOS PT) - “Preparando a batalha eleitoral” (1996). Na contracapa, este caderno registra o lançamento da “nova linha de publicações do Diretório Nacional do PT, ‘Em Destaque’, mas para viabilizá-la necessitam de recursos, indicando o número da conta de um banco para depósito de contribuições. A ficha técnica é composta pelos membros da executiva nacional do partido, além do gerente do GTE, Francisco Rocha e a nomeação do Grupo de Trabalho Eleições 96: Candido Vacarezza, Clara Ant, Gilberto Carvalho, Francisco Rocha, Joaquim Soriano, Luiz Dulci, Plínio de Arruda Sampaio, Vicente Trevas e Vitoria Cancelli. O jornalista Justino Pereira e o estudante de propaganda Eder Shell Paschoal assinam a publicação, 47 páginas, nove capítulos, com apresentação intitulada “Uma campanha menos empírica”, do Deputado Estadual do PT/SP, Eloi Pietá. A data é março de 1996.

O conteúdo deste caderno está distribuído em assuntos com abordagens específicas sobre a constituição de uma candidatura: a campanha; a candidatura, o marketing, o organograma, o cronograma, motivações do voto, as mídias e a simbologia e, no final, o indicativo, “para saber mais”, de outra literatura com referências a estudiosos brasileiros sobre eleições e partidos.

Do exame de cada parte, tendo em vista sua natureza, proporções, funções e relações com o predito na apresentação do caderno, foram avaliados alguns itens. O primeiro – A Campanha – além de dicionarizar o termo, os autores o definem com a qualificação pretendida – campanha eleitoral – como sendo “uma série das ações, iniciativas e esforços coordenados e planejados, utilizando ferramentas determinadas e meios materiais e humanos dentro de um tempo limitado para tornar um partido, um programa e uma pessoa conhecidos de todos ou de parte do eleitorado de tal forma a convencer o eleitor a aceitar e votar naquele partido e/ou pessoa” (p. 15). Consideram o que alguns comunicólogos referem ser a política, a “continuação da guerra” por usar analogias dos adversários com elementos militares, afirmando ser a campanha eleitoral “uma verdadeira operação militar que utiliza táticas e estratégias castrenses” e, dessa

forma, “tudo vale” exemplificando o episódio da campanha de Lula *versus* Color quando foi apresentada Mirian Cordeiro e desse fato gerou a derrota do partido ao cargo pretendido. Mas esse exemplo tende a ser uma premissa programática ao registrarem, na seqüência: “Por isso, sempre fez parte de nossas campanhas reservar esforços para combater as iniciativas antiéticas de nossos adversários, que, por princípio, recusamos”. (idem *ibidem*)

No parágrafo seguinte, a locução “*seja como for*” serve de deixa inicial para a idéia a ser seguida pelo pré-candidato: “...é inegável que a avaliação das possibilidades, o planejamento, a organização e o direcionamento correto de esforços e recursos podem ser a diferença ente a vitória e a derrota de uma candidatura” (idem, *ibidem*). Dúvidas sobre a premissa do combate antiético para atingir a diferença? É uma questão a avaliar.

É no parágrafo subsequente, entretanto, que a noção dos propósitos sobre o “*que fazer*” objetivado nos itens do caderno identifica o/a cidadão/ã a quem dedicam essas noções – o/a filiado/a propenso/a a candidatar-se ou a oferecer seu nome para concorrer a uma vaga eleitoral:

“A conquista do voto envolve ações de pré-campanha, de campanha e pós-campanha. Os elementos, ferramentas, temas e fases de uma campanha podem ser divididos, grosso modo, nos seguintes itens: 1) A candidatura; 2) Motivação do voto; 3) A estratégia; 4) O orçamento; 5) O organograma; 7) O marketing; 8) As mídias”. (idem, *ibidem*).

No segundo capítulo da publicação – A Candidatura – acha-se a relação com o objeto deste estudo: o relacionamento entre as ações de GTE e o processo de recrutamento de candidaturas. O parágrafo inicial do texto é sugestivo dessa menção:

“O primeiro passo a ser dado por alguém que planeja ser candidato é definir qual o objetivo daquela candidatura¹⁵. Nem todo mundo é candidato para vencer. Nos partidos conservadores é normal haver candidatos que se lançam apenas para testar o próprio cacife ou para manter-se em evidência, objetivando outro mandato numa eleição seguinte. O “democrata-cristão” Eymael é perito nesse expediente. Na esquerda, várias correntes lançam candidatos principalmente para difundir suas idéias” (idem, p.17).

O seguimento do parágrafo demonstra que os autores estão se reportando a um cidadão/ã filiado/a que tem interesse em apresentar-se candidato, pretende compor a lista partidária, mas para isso precisa se certificar se seu auto-recrutamento tem representatividade:

¹⁵ Grifo de Álvares.

“Quem, no entanto, pretende candidatar-se para ganhar necessita de uma avaliação clara das suas reais possibilidades. "Tenho, de fato, chance de me eleger?" deve ser uma pergunta feita de forma sincera e destemida. Campanhas assentadas em ilusões geradas pela falta de informações sobre o verdadeiro potencial de voto já "quebraram" muitos militantes” (p. 17).

A racionalidade das questões e assertivas levantadas apresenta algumas nuances de um processo registrado por Norris (1996a) em torno dos tipos de recrutamento inscritos no modelo que desenvolve considerando as facetas teóricas do neo-institucionalismo. A estrutura do recrutamento recebe o impacto de três fatores: a) os sistemáticos e do contexto geral do país em que as circunstâncias do processo são estabelecidas pelo sistema político, em regulações do sistema legal, do sistema eleitoral (variáveis contextuais)¹⁶ e do sistema partidário; b) os internos do contexto, com as regras do jogo sendo determinadas no interior dos partidos, o que leva ao necessário conhecimento do sistema partidário, de sua estrutura (organização partidária), poder, ideologia e cultura; c) e os específicos que influenciam o recrutamento de candidatos individuais, ou seja, recursos e motivação de aspirantes (nível da oferta) e a atitude do *gatekeeper*, ou porteiro/selecionador (nível da demanda), podendo comparar quem consegue ser selecionado, por que e quem seleciona. Estes fatores estruturam as oportunidades dos pretendentes aos cargos parlamentares contidas nas regras do sistema legal, eleitoral e partidário, que determinam as barreiras, além de custos e benefícios para quem aspira a candidatar-se.

Quanto aos fatores individuais que influenciam o recrutamento, têm funções específicas internas no processo e são dadas pela **oferta** e pela **demanda** de candidatos/as. A **oferta** é explicada pelo desejo de aspirantes se lançarem na carreira política, oferecendo o nome para concorrerem. São os fatores motivacionais (impulso, ambição e interesse) e o capital político que os aspirantes julgam necessário para serem candidatos (recursos que estes trazem para o processo: tempo, dinheiro, experiência, conexão política). A **demanda** é a procura de candidatos e está relacionada àqueles que diretamente selecionam, determinando os critérios considerados apropriados à escolha de aspirantes aos cargos políticos. Estes vão depender dos critérios que determinam o

¹⁶ Tipo de sistema (federal ou unitário); tipo de parlamento (bicameral, unicameral); número de assentos oferecidos em um parlamento; número e tipo de eleições; taxa de rotatividade de candidatos etc.

padrão de concorrentes para garantir a lógica do mercado, cujas regras e valores servem como medida de peso. A escolha vai então depender das percepções do *porteiro* (*gatekeeper*) quanto a um padrão estimado de características como habilidades, experiências e qualificação dos aspirantes aos cargos políticos. Esta percepção do selecionador pode conter níveis de discriminação que permearão o processo de escolha¹⁷.

Oferta e demanda interagem. Aspirantes que buscam um cargo elegível podem ser desencorajados a competir por ativistas partidários, ao perceberem que tal pretendente pode trazer prejuízos¹⁸. O grau desta interação é pouco visível, pois é um “modelo de sistema que produz uma curva fechada de retroalimentação retornando o resultado para o grupo daqueles que aspiram a uma carreira política”¹⁹.

No caso das questões levantadas no caderno do GTE em análise, uma delas é a referência a ações de pré-campanha, dedicada às expectativas de alguém que planeja ser candidato () e possa definir qual o objetivo daquela candidatura. Ou seja, trata-se de convencer um cidadão que já demonstrou interesse em oferecer-se para a competição, tem motivação, impulso, ambição e interesse em concorrer. Mas como essa oferta precisa ser avaliada para garantir ao partido as metas da campanha, há clara incisão dos autores do fascículo pela posição racional desse interesse. Este concorrente potencial tem que calcular os custos da oferta. E dessa forma identifica-se uma interação com a demanda. Estão em jogo tanto o interesse do filiado/aspirante ou pré-candidato quanto a avaliação do partido em torno do potencial apresentado por este que tem peso na decisão final²⁰.

¹⁷ Norris & Lovenduski (1995) relacionam dois tipos de discriminação no mercado político: a direta e a imputada. A primeira pode se dar através de um julgamento positivo ou negativo de pessoas, com base em características consideradas comuns para o seu grupo, ao invés dos indivíduos, o que leva a estes serem julgados por suas características de grupo, quando o selecionador tem baixas informações sobre ele; a imputada favorece uma certa categoria de candidatos, mas, como há sempre baixa demanda estes não são escolhidos porque a expectativa é a de que não atraia votos.

¹⁸ Sobre esta afirmação de Norris & Lovenduski (1995), pode-se associar uma referência do Presidente do PT no Pará, conforme uma parte de sua entrevista a ser incluída nesta seção.

¹⁹ Cf. Norris & Lovenduski, *idem*, p. 15.

²⁰ Um argumento apresentado por João Batista Silva, presidente do PT/PA, esclarece esse ponto: “(...) tem candidaturas a deputado federal, a deputado estadual, que você sabe que não tem voto pra se eleger, mas é importante aquela pessoa se colocar naquele município com projeção pro futuro. Então tem candidatura que você sabe que não vai fazer voto e não se elege, mas cumpre o papel de já estabelecer naquele município, naquela região a liderança que o partido precisa. Tem outras candidaturas que você não tem às vezes como impedir que seja apresentada, que não tem votos, mas essa candidatura é de uma categoria, do sindicatos dos vigilantes, por exemplo, lá você escolheu quem que ser candidato.. Não tem voto, pra se eleger, mas ele escolhe e o critério principal, que é assim: o partido precisa alcançar o quociente eleitoral. Todo voto, toda candidatura que tiver um voto vai somar pro conjunto das candidaturas, pro conjunto do eleitorado. (...)

“As Perguntas que ajudam a posicionar o pré-candidato” seguem-se como item que analisa um rol de questões para a avaliação das reais possibilidades eleitorais do aspirante ou pré-candidato, com base em Kuntz e Luyten (1982)²¹. Inicia com a indagação a ser feita pelo cidadão que está interessado na competição:

“1) Qual é a meta? Aqui, o pré-candidato deve responder o que almeja com a candidatura. Pretende se eleger? Pretende se projetar para eleições futuras? Pretende fortalecer um projeto político ? 2) Como atingi-la ? Aqui, a pergunta é: quantos votos são necessários para a eleição do candidato? Tomando como base a história eleitoral da pessoa, do partido, dos adversários na cidade, podemos estimar o número de votos necessários para conquistas o mandato. É importante lembrar que, nesse caso, interessa não apenas o desempenho pessoal do candidato mas também o desempenho das outras pessoas do partido ou, coligação. (...)” (p. 17-18)

É de supor que estas questões são dirigidas a um filiado aspirante a uma carreira eletiva, pois aquele que está concorrendo à reeleição já deve ter auto-conhecimento e avaliação de sua motivação e capacidade de renovar o mandato. A demanda do partido pela candidatura está claramente posicionada quando é lembrado o aspecto coletivo inter e intra-partidário no comparativo do desempenho do filiado e demais competidores.

As demais perguntas que o pré-candidato deve fazer-se são elencadas e explicadas de forma didática e prática supondo-se que esses detalhes revigoram a disposição do filiado em avaliar-se mais profundamente, procurando rever sua escolha em disputar um cargo e, também, do outro lado, a quem oferece um elenco de questões para refinar a auto-avaliação, o partido, interessado em considerar aquela candidatura como uma alavancagem de votos para ampliar o quociente partidário, constituindo-se, então numa demanda da legenda.

Nestas questões, há uma proposta de processo auto-seletivo que tende a definir o pré-candidato, sua perspectiva competitiva:

- “3) Qual o potencial de votos do pré-candidato? (...)
- 4) Quantos votos potenciais eu já tenho? Esta pergunta será respondida através do mapeamento acima.
- 5) Onde estão? Idem, no mapeamento acima.
- 6) Quantos me faltam? Feito o levantamento acima, se o número de votos potenciais estiver aquém do necessário, devemos calcular quantos nos faltam.
- 7) Qual a margem de segurança necessária para assegurar a minha eleição? (...)”(p.17)

²¹ Cf, KUNTZ, Ronald e LUYTEN , Joseph. Marketing Politico. Global Editora, 1982.

Este capítulo explora com minúcias o conteúdo da averiguação potencial de competição do pré-candidato. São dezesseis questões levantadas e explicadas na ordem em que demonstra a importância de conhecer os concorrentes, a situação deles em relação ao eleitorado, a situação do partido em relação aos demais, o mapeamento dos prováveis aliados e apoiadores do universo de votos, que influência tem em relação aos segmentos sociais e quantos votos poderiam ser potencializados com esse apoio, manutenção dos votos necessários e os custos para atingir a meta, no caso, orçamento e recursos humanos.

Para dar conta da campanha, no fato do potencial pré-candidato assegurar interesse, motivado pela oferta favorável de seu nome, mais dezesseis questões assediam o provável competidor, centradas no custo financeiro e na infraestrutura que deverão nortear a sua campanha na qual se lançará por ter avaliado favoravelmente os motivos para concorrer.

Numa análise preliminar sobre este capítulo do fascículo do GTE – configurando-se um eixo exemplar ao confluir recrutamento e funções estratégicas de um partido interessado em formação política e informações básicas e práticas do filiado que espera oferecer sua candidatura e, se positiva a sua posição no mercado eleitoral, ser encorajado a competir – observa-se a interação entre oferta e demanda evidenciada por Norris & Lovenduski. Destarte, extraem-se dois tipos de táticas a partir dessa convergência: a) para a pré-candidatura – perguntas que o filiado se faz para identificar seu potencial real no mercado ao oferecer seu nome para concorrer a um cargo; b) para a candidatura – questões que estabelecem um processo de campanha propriamente dita com detalhes que se ajustem ao que diz a epígrafe do livreto: *“Na campanha eleitoral não há muito espaço para improviso”*.

Nos dois casos citados, a atuação do GTE se processa como ações do instrumento organizativo para o tempo eleitoral, não resta dúvida, mas a criação desse órgão num tempo (1996)²² em que o PT se apresenta mais forte e numa ambientação mais externa, demonstra que o partido está preocupado com as instruções e informações necessárias ao pré-candidato. O partido assegura, então, objetivos e metas. No primeiro caso, desenvolve estratégias para os filiados conseguirem se sensibilizar pela competição eleitoral – tentando aumentar o quociente partidário – é um processo que pode ser considerado um aspecto de criar sedução ao filiado simpatizante de uma carreira política.

²² Nesse caso, conferir os dados eleitorais, os cargos conseguidos entre outros sinais de sua força ampliada. Este detalhe será explorado em um próximo artigo que espera confrontar o crescimento do partido e os dados empíricos.

No segundo, o partido intenta que um pré-candidato, com as informações da lógica competitiva, se transforme num candidato propriamente dito. com o nome na lista e atinja seus objetivos > ser votado >> ser eleito.

Para o GTE, considerando esse segundo caso, a campanha eleitoral não inicia com o tempo de exposição ritualística dos candidatos na mídia. Esta começa desde o planejamento onde o sentido dessa ação, conforme já evidenciado, é criar um olhar muito mais amplo para a quantidade de áreas e de eleitores a atingir. Daí porque, o capítulo “A Pesquisa” se acha nessa fase de planejamento, visto que ela

“...contribui muito, pois com seus dados tomaremos conhecimento dos perfis do candidato ideal, do nosso candidato, dos adversários, dos índices de rejeição e dos principais problemas da região, tornando possível configurar nossa estratégia em bases sólidas, nos possibilitando explorar ao máximo as qualidades do nosso candidato, que mais se aproximam do perfil do candidato ideal. Nos permite também conhecer melhor os problemas de imagem de nossos adversários e isto é essencial para os momentos em que se mostrar necessário atacá-los” (p.23)²³.

Sem querer criar uma cronologia documental desse grupo de trabalho, mas, de qualquer modo, examinando a sua estrutura com outros processos inscritos no estatuto do PT, no caso, mecanismos de escolha de candidaturas, considera-se o ano de 1996 com a edição do fascículo “**Preparando a Batalha Eleitoral**”, o primeiro registro sobre o GTE. Pergunta-se: foi esse o período de criação do grupo? Neste aspecto, valerá a pena observar, através de uma base empírica, numa série histórica, os dados de filiados/as, candidaturas e eleitos/as desse partido configurando a emergência da informação didática para a base partidária. Avaliar que o PT procurou assegurar o máximo de informações aos seus adeptos num tempo de competição eleitoral seria a lógica esperada de uma organização com diferenciais de criação de suas congêneres, mas há demonstrativo, nesse quadro mais restrito de filiados, que o partido esperava criar simpatizantes para a competição eleitoral. Sem dúvida outro aspecto não deve ser esquecido: esse comportamento mais didático e pedagógico pode se constituir “efeito demonstração” para o ambiente externo, o eleitorado, e com isso, criar simpatizantes também neste outro lado do campo político.

1.4. Por que oficializar GTE? As instituições importam?

Se as experiências de um grupo de trabalho, além de outras variáveis do contexto competitivo, engendraram resultados satisfatórios e suscitaram melhorar o desempenho

²³ Veja-se que é indiscutível a retomada da significação da campanha eleitoral do “adversário” vista como uma “verdadeira operação militar”, segundo os autores do texto (ver p. 19).

eleitoral do PT nas eleições municipais de 1996, a nova tática desse partido seria garantir a presença do grupo normatizando suas atribuições. A tabela abaixo revela os indicativos da euforia petista pela ampliação de sua base de votos.

Tabela 1- Eleições Municipais de 1996
Total de votos por partido no 1º turno nas 100 maiores cidades brasileiras

Partidos	Número de Votos	% de votos
PT	5.640.191	18,00
PSDB	5.299.920	17,00
PPB	4.648.543	14,90
PDT	3.162.059	10,10
PMDB	3.011.104	9,60
PFL	2.862.785	9,20
PSB	1.158.660	3,70
PTB	974.347	3,10
PC do B	165.109	0,50
OUTROS	1.153.221	3,70
NULOS	2.580.906	8,30
BRANCOS	579.000	1,90
TOTAL	31.325.845	100,00

Fonte: Dados extraídos do banco de dados eleitorais de Jairo Nicolau (*on line*)

Não se quer levar à exaustão o comparativo de percentual de votos entre os demais partidos e o PT nessa eleição, mas registrar que foi um dos detalhes que a executiva nacional contabilizou para alertar seus filiados/as sobre a importância do “novo tempo” para pensar no avanço político da legenda. **No Caderno 1, Resoluções** (27 p.) o presidente da executiva nacional do partido, José Dirceu, apresenta a publicação, “a primeira de uma série”, que será disponibilizada à militância, com informações importantes objetivando a orientação das campanhas do partido. Evidencia o “momento especial na história do país”.

Há três documentos neste caderno: o primeiro é a Resolução do Diretório Nacional sobre as Eleições Municipais de 2000, em oito itens que desenham a filosofia que deverá nortear as expectativas do partido em garantir a renovação do quadro legislativo e executivo das cidades brasileiras “para alterar a atual correlação de forças na política nacional”, visto que “Elas fazem parte de um processo de acumulação política que criará condições favoráveis para as esquerdas e o campo democrático popular nas eleições presidenciais e estaduais de 2002” (p. 5). Outro ponto central dessa filosofia seria demonstrar a linha de atuação dos membros do partido nas eleições de 2000, fortalecendo a campanha e a “unidade das esquerdas e do campo democrático e popular”

(p.6), respeitando a autonomia das campanhas eleitorais locais e, em havendo alianças distintas a serem formadas, “o PT estabelecerá critérios políticos e organizativos nacionais que garantam, na diversidade, uma presença unificada de nosso partido” (p.7).

O cumprimento desses objetivos – fortalecimento das bases municipais a partir de alianças e de uma campanha eficiente nas eleições de 2000 – leva à proposição-chave para garantir os critérios de organização da política visando atingir a unificação partidária: formação do GTE e a convocação de uma Conferência Eleitoral Nacional, cabendo a “essa instância definir e ao GTE implementar critérios gerais em matéria de programa, propaganda, finanças, além de subsidiar na formulação de políticas, pesquisas eleitorais, apoio jurídico e outros aspectos que a campanha suscite” (p. 7).

A oficialização do GTE está, portanto, registrada, na Resolução do Diretório Nacional do PT – GTE Nacional 2000, publicada nesse Caderno 1. Os *considerandos* justificadores da criação desse grupo foram apoiados nas Resoluções do II Congresso do partido²⁴, que avaliaram a necessidade de orientação e preparação das eleições municipais de 2000, com ênfase na política de alianças, plataforma programática, estratégia eleitoral. Outras ênfases reveladoras do imperativo da criação constam no documento: “acúmulo partidário nos governos das cidades (Modo Petista de Governar) e suas exitosas políticas e projetos; (...) a necessidade de ampliar os mandatos parlamentares municipais e orientar as campanhas das candidaturas às câmaras municipais; (...) as potencialidades do desempenho eleitoral do (...) partido”. Quanto às atribuições do grupo num total de 14 itens²⁵, dispõem sobre as atividades que deverá realizar em consonância com os Diretórios Regionais, acompanhando e orientando as prefeituras petistas vitoriosas àquela altura (as de 1996), além de construir toda a agenda de tarefas exigidas pela Resolução.

É possível extrair desse documento, em torno do papel e da representatividade do grupo criado, a preocupação com uma abrangência hegemônica das práticas concebidas

²⁴ Esse congresso foi realizado de 27 de novembro a 1º de dezembro de 1991, no Pavilhão Vera Cruz - São Bernardo do Campo - SP. A síntese do documento: “Retoma a discussão sobre o socialismo face à nova situação internacional aberta pelo fim da URSS, reafirma sua posição socialista, aprofunda a discussão sobre a disputa de hegemonia na estratégia do PT e situa o lugar das eleições de 1994 na intervenção do Partido. Procura também sistematizar as discussões sobre construção partidária (grifo da autora), aprova uma nova política de organização que inclui 30% de participação de mulheres em todas as instâncias de direção (cotas) e destina 10% do orçamento partidário para a formação política, também em todas as instâncias”.

²⁵ Cf. fac-símile do documento nos anexos.

para o fortalecimento e agregação das bases em torno do “novo tempo petista”, ganhando, assim, as bases municipais, seguramente com o ímpeto na vitória presidencial em 2002.

A indicação e aprovação pelo Diretório Nacional dos primeiros membros do GTE asseguraram as áreas estratégicas, para uma articulação política integrada às expectativas das lideranças partidárias sobre os objetivos centrados na ampliação dos mandatos parlamentares municipais, orientando as campanhas de candidaturas às câmaras de vereadores. Assuntos institucionais, comunicação, finanças, formação política, organização e uma coordenação geral espelharam a síntese de elementos circunstanciados para a proposição de uma agenda de planejamento das campanhas eleitorais em todas as fases e ações que atendessem a metodologias sobre o “Modo Petista de Governar” para esse “tempo de esperança”.

As evidências dessa tática visando a alavancar a carreira de um dos líderes mais ilustres do partido a chegar à Presidência da República pela qual ansiava desde 1989 – Luis Ignácio Lula da Silva – se inscrevem numa rearticulação da base de militantes para o trabalho de formação política e geração de uma classe política municipal. Se o processo de recrutamento não estava explícito nas linhas dos *considerandos* da resolução que criava o GTE, as entrelinhas desse documento nortearam essa busca pela sedução aos filiados/as aptos a competir (submetidos à condição de pré-candidatos) e aos eleitores responsáveis pela seleção final dessas candidaturas (ao tomarem contato com a práxis petista no modo de governar, uma vez que o partido já inscrevia em seu currículo lideranças eleitas nos cargos do executivo e legislativo municipais).

O comprometimento na oficialização desse grupo de trabalho demonstra que a visão sobre as práticas militantes na mobilização eleitoral deveria se tornar um comportamento com capacidades de eficiência. Os objetivos eram claros e os procedimentos a serem tomados aumentariam o grau de confiabilidade na instituição partidária. A regra estável permitiria realizar compromissos coletivos, com o papel institucional reduzindo custos e aumentando os benefícios. O nível de informação que seria distribuído no processo possibilitaria incrementos em *issues areas* articuladas com os padrões da demanda política central. Os efeitos de *constraints* da organização

(agências políticas) poderiam ser alterados pelos "preços relativos" dos arranjos institucionais²⁶.

2. A cultura livresca e o modo petista de recrutar

Entre os estudiosos da estrutura organizativa do PT, há referências sobre os diferenciais de sua atuação histórica junto aos/as filiados/as na formação política e, neste aspecto, é expressiva a literatura partidária alvo de análise no presente texto. Trata-se de uma cultura livresca que tem objetivado atingir a todos os segmentos do partido: filiados/as, simpatizantes, eleitos/as e o eleitorado em geral. Vale ressaltar que a produção do material tem apoio de uma fundação.

Convém notar, entretanto, que não se trata de um aspecto isolado, visto que, entre os partidos brasileiros a criação de fundações ou institutos para estimular a cultura política, através da formação, pesquisa, repasse de teoria aos/as filiados/as, além de divulgar os princípios partidários que formam a filosofia doutrinária, foi uma exigência da Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, o que levou a cunhar, nos estatutos desses organismos, uma seção específica sobre a constituição, funções e objetivos dessas entidades de direito privado²⁷. Algumas, como a Fundação Milton Campos, do Partido Progressista (ex-ARENA, PDS, PPR PPB, hoje PP), uma das mais antigas, pode ser um exemplo do material produzido visando à promoção e ao debate sobre temas e questões pertinentes em cada época²⁸. Presentemente repassa as informações conexas ao âmbito jurídico do processo eleitoral²⁹.

A Fundação Perseu Abramo é a entidade de estímulo à cultura política do PT e funciona nos moldes das demais. Contudo, não se pode deixar de avaliar, no aspecto mais incisivo, o ímpeto temático que as suas publicações alcançam³⁰. Neste artigo registram-se

²⁶ Sobre esta versão cf. March & Olsen (1984 e 1989; Hall & Taylor (1996); North (1990).

²⁷ Cf. nos sites dos partidos as referências a essas entidades criadas pela Lei nº 9.096, de 19 de setembro de 1995, e a produção de material de divulgação partidária que apresentam. PMDB - Fundação Ulysses Guimarães; PSDB – Instituto Teotônio Vilela; PP- Fundação Milton Campos; PCdoB - Instituto Maurício Grabois, etc.

²⁸ No site desse partido, há dois volumes sobre legislação eleitoral enfocando as municipais de 2008. Um deles, com 50 p. diz tratar-se de “um manual completo, contendo todos os passos e toda a documentação básica necessária para a boa organização das convenções municipais” (...) O material que está chegando às suas mãos visa facilitar sua vida”(...).

²⁹ Cf. site do PP: <http://www.pp.org.br/>

³⁰ Cf. site da Fundação: <http://www.fpabramo.org.br/>

pelo menos alguns, partir do momento em que o GTE foi criado. Além das publicações já examinadas, há três interessantes que reafirmam a tese desta autora quanto ao indicativo de uma pedagogia de estudos sobre os ideais e meios (processos e técnicas) e de uma metodologia facilitadora da *praxis* política centrada na busca por eficácia e mais eficiência para um tempo de fortalecimento de candidaturas e de atuação nos cargos parlamentares. Essa assertiva tem transversalidades a evidenciar.

Por exemplo, no caderno “Preparando a batalha eleitoral” (1996), o deputado estadual Eloi Pietá assina introdução sob título “Ser Vereador do PT” desenvolvendo dez itens sobre o “modo petista de ser vereador”. Sua exposição revela os parâmetros de um mandato com relevo para a conciliação entre o ser governo e estar ligado à luta social, à discussão sobre o eleito estar delegado partidário (ele é a voz do partido) e se tornar representante do povo por ser eleito (a voz dos eleitores), à situação dos vereadores petistas sem aliados e sempre na oposição e sobre os mecanismos para vencer os obstáculos. Há, enfim, um “receituário” para ser seguido pelos potenciais candidatos/as caso sejam eleitos/as. Nota-se que a intenção é subsidiá-los numa nova fase do percurso entre a motivação para sair candidato (a pré-candidatura) e a eficácia do governo ao assumir um cargo no executivo ou no parlamento. Seria uma política de presença definida pela política de eficiência demonstrada pelos que já se acham com mandatos, objetivando dar visibilidade aos eleitores sobre o modo diferenciado na gestão. Não sair da linha programática partidária e regimental, seguir um modelo de governo onde haja prioridade na integração do/a parlamentar com o cidadão ou a cidadã da comunidade, perceber os meios de garantir o conhecimento das necessidades locais, planejar e executar ações para benefício popular, além de conhecer as regras que devem ser ajustadas ao exercício do cargo, são compromissos entre o adepto que está candidato e o partido.

A filosofia que permeia o texto do deputado petista tende a circunstanciar a idéia da cartilha “O Modo Petista de Ação Parlamentar. Uma Contribuição para Vereadores e Vereadoras” (2005)³¹ composta de três módulos temáticos e anexos. Os assuntos subsidiam o/a filiado/a petista sobre pontos de informação estratégicos da constituição histórico-institucional do município brasileiro e as formas de poder que se estruturam na

³¹ Cf. NACIF, Fernando A.; CAVALI Jr., José; ROCHA, Selma; e ABRAMO, Zilah W. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 1ª Ed., 2005, 223 p.

esfera local com vertentes alinhadas ao âmbito federativo. Indicam, de forma sintética, noções sobre as principais instituições políticas e os instrumentos que vão ser necessários para a atuação parlamentar do filiado ou filiada eleito/a, ressaltando o processo administrativo, a função da representação, os limites da atuação e os instrumentos que podem traçar as diferenças entre si e os parlamentares de outros partidos, ao utilizar propostas do programa partidário.

Não se trata de recursos para o candidato vencer as eleições, mas de informações sobre como um prócer parlamentar deve atuar. As ferramentas elementares para elaborar minutas, emendas, requerimentos, projetos, proposições legislativas, ensinar a atuar regimentalmente em plenário e nas comissões são vistas com eficácia das atividades parlamentares e repassadas aos eleitos como meio de enfrentarem a falta de experiência formal no exercício do mandato. A ênfase maior é em torno de como estes instrumentos são utilizados enquanto órgãos de democratização, de inclusão e de planejamento tático para a participação cidadã e o controle social numa gestão pública.

“Democratização do Parlamento. Alargando as fronteiras da representação e da participação política” (2005)³² é outra publicação cujos temas foram apresentados em um seminário resultante de uma parceria entre a Fundação Perseu Abramo e o Instituto Rosa Luxemburgo Stiftung (RLS), órgão do Partido do Socialismo Democrático (PDS) da Alemanha³³. Edição específica sobre o formato da atuação parlamentar no âmbito local com informações teórico-conceituais sobre o exercício parlamentar, instrumentos de ação, fundamentos políticos e bases legais do poder, participação cidadã e anexos. O intercâmbio informativo-cultural-político entre estes membros das duas fundações tende a formar, também, uma teia de experiências das atividades que os/as parlamentares petistas e os do PDS alemão consideram estratégicos na demonstração de seus diferenciais como adeptos de um partido de esquerda, como se auto-representam.

³² Cf. ABRAMO, Zilah, W. e FRATI, Mila. (Orgs.). Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005, 141 pags.

³³ Esse seminário ocorreu em São Paulo, nos dias 28 e 29 de abril de 2005, promovido pelas duas Fundações com palestrantes tanto parlamentares brasileiros quanto alemães. Segundo o site: “A Fundação Rosa Luxemburg (Rosa Luxemburg Stiftung – RLS) foi fundada em 1990, e é desde 1996 uma fundação política próxima ao antigo Partido do Socialismo Democrático (PDS), hoje o Partido de Esquerda (Die Linke). Ela recebe subsídios do Governo Federal Alemão, portanto é uma das seis fundações políticas que formam parte do sistema político educacional da República Federativa da Alemanha. Promove basicamente educação política, atividades culturais e análises sociais.

As publicações “Diretrizes para Elaboração de Programa de Governo”³⁴ e “Metodologia e Instrumentos para Elaboração de Programa de Governo. O modo petista de fazer eleições 2008”³⁵ objetivaram uma articulação “com idéias e conteúdos comuns” para subsidiar as propostas de programas de governo municipal, evidenciados em seis eixos:

- “1. Participação Cidadã e Controle Social: por uma cultura democrática e transformadora na vida pública
2. Desenvolvimento Local Sustentável como fator de geração de trabalho e renda e promoção da igualdade social
3. Políticas Sociais e de Garantia de Direitos
4. Gestão Ética, Democrática e Eficiente
5. Gestão Democrática do Território
6. Afirmação dos direitos: raça, gênero e orientação sexual”³⁶ (s/p)

Essa iniciativa de “formulação e o debate sobre os programas eleitorais em cada município” foi prevista “ainda mais necessária em 2008”, como meio de consolidar e aperfeiçoar o mecanismo de governo e a atuação parlamentar dos petistas candidatos sendo também “um desafio prioritário para cada diretório municipal”.

A primeira cartilha resulta de uma

“...nova síntese de elaboração programática do Partido dos Trabalhadores, que teve como referências principais: os documentos produzidos pelo Instituto de Políticas Públicas Florestan Fernandes, sob a coordenação do Grupo de Trabalho Eleitoral em 2004; os textos sobre o papel do Executivo e do Legislativo no desenvolvimento local produzidos por grupo de trabalho da Fundação Perseu Abramo, com apoio da Fundação Friedrich Ebert; e os registros sobre as políticas que têm definido o projeto de desenvolvimento brasileiro” (p.51).

A segunda trata mais de procedimentos metodológicos a serem adequados às especificidades de cada município. São endereçados aos competidores aos cargos majoritários ou proporcionais municipais que devem desenvolvê-los como instrumentos de visibilização da forma de gestão dos que estavam governo em período anterior, com isso criando mecanismos de sedução para o eleitorado, como lembra o presidente do PT

³⁴ Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral- GTE, Maio/2008. Coordenação Geral: Ricardo Berzoini. Coordenação das Diretrizes para o Programa de Governo: Selma Rocha. São Paulo. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. Site <http://www.pt.org.br/portaltpt/> acessado em 19/09/2009.

³⁵ Na ficha catalográfica, esta publicação é do Grupo de Trabalho Eleitoral, de maio/2008, coordenador geral – Ricardo Bersoini e coordenação das diretrizes para o programa de governo, Selma Rocha. O texto registra: “A elaboração deste texto tomou como base os cadernos elaborados em 2004 pelo Instituto Florestan Fernandes e os textos sobre Desenvolvimento Local produzidos pelo Grupo de Trabalho de Políticas Públicas da Fundação Perseu Abramo composta por Antonio Carlos Granado, José Cavalli, Jupira Cauhy e Matilde Ribeiro.” Assinado pela Equipe do GTE 2008. Com 71 páginas.

³⁶ Estes seis eixos apresentam-se nas duas publicações referidas. A referência utilizada aqui é da publicação “Metodologia e Instrumentos...” que se acha sem paginação, versão de 16/05/08, cedida pelo Diretório Estadual do PT/PA.

na apresentação da cartilha: “os municípios brasileiros já não são mais os mesmos depois do governo Lula”.

Nestes opúsculos observam-se dois eixos de abordagens: um que explora o processo de construção programática para o “bom governo” (valorizando a situação do ambiente onde está sendo realizada a campanha, onde há candidaturas), comunicação com a população-cidadã como maneira de difundir conhecimentos sobre a situação local e o que deve ser desenvolvido pela comunidade. O outro eixo sobre a produção de programas de governo privilegia a formação do legislador petista, expondo as boas políticas que deram certo em outros governos petistas e o que deve avançar para melhorar o desempenho, a ação com os munícipes e o reconhecimento destes sobre esse tipo de governo e a diferença com os outros que já passaram por lá.

Dessa extensa cultura livresca (cf. site do partido e da Fundação Perseu Abramo) foi utilizada aqui somente a produção disponível que demonstrasse ser da lavra do GTE, evidenciando a preocupação das lideranças nacionais na integração com as demais forças da executiva estadual e municipal, em cunhar a filosofia programática do partido tendo clareza do ambiente interno e externo que deverá enfrentar numa competição eleitoral.

O formato do recrutamento manifesto que pode ser visualizado da metodologia aplicada nas táticas de pré-seleção, de escolhas (oferta e demanda de candidatos/as) e de sedução aos novos simpatizantes e ao quadro do *selectorate* final (os eleitores) é tecido de múltiplas variáveis que emergem a cada período eleitoral. Nesta proposição, é evidente o investimento feito pelos dirigentes partidários para a formação política ampliada de seu quadro com tarefas do tipo exercido pelo GTE no processo de organização do campo eleitoral. Neste caso, é estabelecida a realização de objetivos plurais e variados pela necessidade da manutenção da organização partidária e da sua sobrevivência organizativa, objetivos que se constituem “em salvaguardas das próprias posições de poder” conforme declara Panebianco.

3. Considerações finais

Este texto quis levantar algumas evidências demonstrativas dos tipos de estratégias do Partido dos Trabalhadores na formação de uma elite política e partidária.

Observa-se a mobilização do partido para o completo domínio das fases do processo eleitoral concentrando na pré-campanha, campanha e pós-campanha, seja o

competidor eleito ou não, reconhecendo neste um potencial fator de representação partidária no mercado da oferta e da demanda de candidaturas e na eficiência quando se investe em um mandato popular.

Diferentemente de seu tempo histórico quando afirmava que somente “concorria para consolidar a organização partidária” (Keck, 1985, p. 146) por julgar que as eleições não trariam mudanças reais para os trabalhadores, o desempenho do partido, ao longo de sua trajetória competitiva envolveu-o num dilema, pois foi reconhecendo que entre a ideologia calcada no Manifesto de fundação e sua representatividade política circulavam resultados eleitorais que, se não fossem considerados pelo conjunto da estrutura organizativa (lideranças sindicais e outras, classe intelectual e movimentos sociais), invalidariam as bases de seu programa de ação³⁷. Mas um petista histórico relembra esse fato e discorda do dilema³⁸.

Quase trinta anos depois, as transformações do “modo petista de pensar” tomaram o tom do desafio com o crescimento de sua base parlamentar e do executivo com “ampla hegemonia nas capitais e nos grandes municípios”³⁹, impactando a ampliação do poder desses novos atores ainda mais porque a estrela vermelha do partido se tornou verde/amarela com a vitória, em novembro de 2004, de Luis Inácio Lula da Silva ao cargo de Presidente da República. Esse fato vinha sendo esperado desde 1989. Em 1996, após duas candidaturas de Lula e a avaliação do crescimento do número de parlamentares e prefeitos do partido, as tensões eleitorais para o alcance desse alto posto político se destacam confirmadas pelo conteúdo da primeira publicação assinada pelo GTE – **Preparando a batalha eleitoral**. E clarifica a intenção do Diretório Nacional de criar um grupo composto de um forte esquema articulador da hegemonia do partido nas várias fases que a competição eleitoral exigia. O Caderno 1 – Resoluções (2000) apresenta o documento de formalização desse grupo investido da responsabilidade de coordenar nacionalmente a “arte da guerra” na “batalha” que será deflagrada em campos tácitos

³⁷ Em outras palavras é o que se pode deduzir de Sader (1988), Sarti (1998) entre outros.

³⁸ Silvio Pereira, em 30 de abril de 2004, diz o seguinte, tomando o argumento de André Singer: “(...) Os grupo de esquerda presentes na criação do partido sempre procuraram contrabalançar a ênfase pragmática na busca do sufrágio com a insistência no papel dos movimentos sociais”. De fato, o Manifesto de Fundação do PT explicita essa tensão. Ao mesmo tempo em que afirma que “o PT quer atuar não apenas nos momentos de eleições, mas principalmente no dia-a-dia de todos os trabalhadores, pois só assim será possível construir uma ova forma de democracia”, ao final conclui que o partido “pretende chegar ao governo e à direção do Estado (...)”, Na verdade, o PT sempre disputou eleições com vontade de ganhar”. Cf. www2.fpa.org.br/portal/ Acessado em 22 de julho de 2009.

³⁹ Cf. Silvio Pereira, 2004.

com táticas articuladas para vários cenários: o GTE trabalha com pré-candidatos/as para levar à auto-avaliação os/as/filiados/as que aspiram a um cargo eletivo. Oferecem sua candidatura, mas são aconselhados/as a identificar o que representa, nessa fase de escolha competitiva, para si próprio/a e o partido, e que instruções deve seguir enquanto pré-candidato/a para concretizar, racionalmente, sua escolha e então, como potencial candidato/a ser escolhido/a no Encontro do Partido antes da Convenção estadual. Isto requer uma avaliação de que os argumentos preparatórios sugeridos pelo partido intencionam incentivar os/as candidatos/as a reconhecerem a importância da atitude de escolha/oferta de seu nome. Assim, se os líderes partidários verificarem que as instruções disseminadas vão formando a base de competidores/as autênticos, indo além do conhecimento das instruções normativas do TSE sobre as fases da campanha, conferem aos/as competidores/as desta fase o diploma de graduados para uma candidatura pd. Há as dissidências, como reflete o presidente do PT no Pará, João Batista Silva⁴⁰. Nesta fase, as indicações de formação política para o tempo da campanha são acrescidas de uma proposta de planejamento de um programa vinculado à discussão com a comunidade/distrito/local de onde sairá o/a candidato/a, seguida de uma metodologia para o tempo de novas conquistas de eleitores/as.

Nesta fase pré-encontro/pré-convenção, a argumentação do GTE é a de apoiar as opções que aquele candidato ou candidata potencial terá: na oferta de seu nome, sendo candidato/a por escolha de sua base (cf. estatutos) ou auto-recrutado/a e, na credibilidade de que deve comparecer diante de seus eleitores, com um programa de governo, com programa de atividades para o período em que tiver ganhado a eleição. Esses elementos reforçam os motivos que levam o GTE a investir na formação de candidatos.

Trata-se também de considerar outra fase do *selectorate* que nos sistemas eleitorais de lista aberta poderá fazer a diferença: tornar-se diverso/destacar-se em

⁴⁰ Sobre esse assunto disse João Batista: “ (...) as pessoas [filiados/as] se colocam e vão por voto. Se tivermos mais candidatos do que vagas aí tem corte. (...) a pessoa tem o direito de justificar e dizer o porquê quer ser candidato e o dirigente do partido tem o direito de também dizer “não, você não vai ser candidato por que precisa cortar (..) dez candidaturas e...você vai escolher pelos critério de pouca representatividade, o critério de pouca inserção social, o critério sobre pouca base de apoio numa região, numa categoria que vá dificultar a competição. Então você tem que usar critérios políticos, que não podem ser critérios de veto, discriminatórios, não pode ser critérios que manipulem o desejo de um agrupamento ou de uma liderança. São critérios por razões óbvias, objetivas ou critérios históricos. Você tem várias candidaturas, o número passou, então se diz: “Olha, tem dez a mais” e tem candidaturas que a pessoa já foi candidato a vereador, deputado estadual ou deputado federal e nunca passou de 50 votos. Aí você diz “olha [o corte] é a estatística. Durante dez anos você foi candidato e não tem voto. “Vamos ter que preencher a vaga com outra pessoa pra poder ajudar o partido.” Isso é dramático!...

relação aos/as outros/as candidatos/as, apresentando uma metodologia de planejamento de governo/atuação para desenvolver, se for vitorioso. Em outras palavras, publicizar uma estratégia para convencer os/as eleitores/as de que sua “persona” não vai ter uma dimensão personalista. E finalmente, expor-se ao voto do eleitorado (o último selecionador) e conquistar a vitória.

Ou seja, primeiramente, de mostrar ao selecionador (formal/informal) que as qualidades de competidor partidário (trajetória pessoal) ultrapassam essas qualidades personalistas (angariar votos pela trajetória); segundo, porque esta é a hora final da seleção – interessar-se pela avaliação do eleitorado à sua capacidade de governar e da que foi exposta na base pragmática com os eleitos d seu partido, se comparada aos candidatos dos demais partidos e alguns do próprio partido, caso o/a concorrente partidário não tenha levado em conta as informações que lhe foram apresentadas pelo GTE.

4. Referência Bibliográfica

1. ÁLVARES, M. Luzia M. Mulheres na Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e o Padrão de Carreira Política no Brasil”, Tese de Doutorado, IUPERJ, 2004 (digitada).
2. _____ Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002. “Paper” apresentado no V Encontro da ABCP, Caxambu, MG, 2006.
3. _____ Projeto de Pesquisa: “Filiação, candidaturas & eleições: as trajetórias pessoais no recrutamento partidário para a competição eleitoral (Pará, 2004 e 2006)”, aprovado pelo CNPq, Processo 400930/2006-4.DCP/CFCH/UFPA.
4. _____ Relatório do Projeto de Pesquisa: “As lideranças partidárias e o processo de seleção de candidaturas na competição eleitoral - Pará, 2006” – Aprovado pelo PARD/UFPA, 2006.
5. _____ Recrutamento de candidaturas e influência na fidelidade e coesão partidárias: as tramas do personalismo ou de outras variáveis? Paper apresentado no Seminário: “Democracia Eleitoral, Voto e Cidadania: Repercussões na agenda de Políticas Públicas”. GEELPARÁ/ DCP/UFPA, em 30/10/2006, Belém-PA.
6. _____. Determinantes da seleção de candidaturas aos cargos parlamentares e regras estatutárias na formação do selecionador brasileiro, nas eleições de 2002. In: 5º ENCONTRO DA ABCP, 2006, Belo Horizonte. 5º Encontro ABCP, 2006.

7. _____. Formação de Elites & Seleção de Candidaturas: o jardim secreto da elaboração das listas partidárias. In: 31º Encontro Anual da ANPOCS, 2007, Caxambu (MG). 31º Encontro Anual da ANPOCS - 2007.
8. _____. Mulheres Brasileiras em Tempo de Competição Eleitoral: Seleção de Candidaturas e Degraus de Acesso aos Cargos Parlamentares. Revista Dados (Rio de Janeiro), v. 51, p. 895-939, 2008.
9. BOLOGNESI, B. Candidatos e eleitos: o recrutamento políticos nos partidos paranaenses nas eleições de 2006, Dissertação de Mestrado em Sociologia Política. Universidade Federal do Paraná, UFPR, Brasil, 2009.
10. BRAGA, M. Socorro. S. Organizações partidárias e seleção de candidatos no estado de São Paulo. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 14, nº 2, Novembro, 2008, p.454-485
11. DUVERGER, Maurice. Os partidos políticos. Rio de Janeiro: Zahar, 1970.
12. GALLAGHER Michael and MARSH, Michael. "Candidate Selection in Comparative Perspective: The Secret Garden of Politics. Sage Publication, London ECIY, 8QE, 1988.
13. HALL, Peter e TAYLOR, Rosemary. Political Science and the Three New Institutionalisms. In: Political Studies, vol. XLIV, 1996.
14. HAZAN, Reuven. In: LeDuc, Niemi, Richard G; Norris, Pippa. Comparing Democracies 2. New challenges in the study of elections and voting. Sage Publications Ltd. London, Thousand Oaks, New Delhi, 2002.
15. KECK, Margareth (1991) PT- A lógica da diferença. O Partido dos Trabalhadores na construção da democracia brasileira, São Paulo, Ática, 1991.
16. LEAL, Paulo Roberto F. O PT e o dilema da representação política: Os deputados federais são representantes de quem? Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.
17. MARCH, James e OLSEN, Johan. The new institucionalism organizational factors in political life. In: The American Political Science Review, vol. 78, n. 3, 1984.
18. MARENCO dos Santos, André. Não se fazem mais oligarquias como antigamente. Recrutamento parlamentar, experiência política e vínculos partidários entre deputados brasileiros 1946-1998. Tese de Doutorado, PPG-Ciência Política – UFRGS, 2000;
19. _____. Nas fronteiras do campo político: raposas e outsiders no Congresso Nacional. Revista Brasileira de Ciências Sociais, nº 33, p. 87-101, 1997.
20. MENEGUELLO, Rachel (1989) PT – A formação de um partido (1979-1982). São Paulo, Paz & Terra: 1989.
21. NICOLAU, Jairo. Dados Eleitorais do Brasil (1945-2006), IUPERJ. <http://jaironicolau.iuperj.br/> Acessado em 01/09/2009
22. NORRIS, Pippa and LOVENDUSKI, Joni. Political Recruitment. Gender, race and class in the British parliament. Cambridge University Press, 1995;
23. NORRIS, Pippa. Comparing legislative recruitment. In: Lovenduski, Joni & Norris, Pippa. Gender and party politics. London: Sage Publications Ltd., 1993.
24. NORTH, Douglas. (1990). Institutions, institutional change and economic performance. Cambridge, Cambridge University Press.
25. PANEBIANCO, Ângelo (2005). Modelos de Partido. Organização e poder nos partidos políticos. São Paulo: Martins Fontes. 2005.

26. PEREIRA, Silvio. Nacional: PT se organiza para as eleições. Revista Teoria & Debate, Editora Fundação Perseu Abramo, 2004. In: <http://www2.fpa.org.br/portal/> Acessado em 22/072009.
27. SIAVELIS , Peter and MORGENSTERN, Scott. Political Recruitment and Candidate Selection in Latin América: A Framework for Analysis. Simposium “Pathways to Power: Political Recruitment na Democracy in Latin America . Graylyn International Conference Center. April, 2004. Págs. 1 a 32.

DOCUMENTOS

1. ABRAMO, Zilah, W. e FRATI, Mila. (Orgs.). Democratização do Parlamento. Alargando as fronteiras da representação e da participação política. Editora Fundação Perseu Abramo, São Paulo, 2005, 141 pags.
2. BAHIA Notícias, 25/02/2008 - www.bahianoticias.com.br).
3. CONFERÊNCIA Eleitoral. O Desafio do PT nas eleições de 2008. Revista Destaque: GTE. Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral. Coordenação Geral: Ricardo Bersoini, Coordenação de Formação Política, Fundação Perseu Abramo. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, março de 2005, 1ª Edição, maio/2008, 222 p.
4. DIRETRIZES para Elaboração de Programa de Governo. Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral- GTE, Maio/2008. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. São Paulo. Site <http://www.pt.org.br/portalpt/> acessado em 19/09/2009.
5. EM DESTAQUE: GTE. Preparando a Batalha Eleitoral. Diretório Nacional PT . Secretaria Nacional de Comunicação e Grupo de Trabalho Eleições 1996.
6. JPT JUVENTUDE – Socialista, Democrática e de Massas. A Juventude pelo Brasil. Secretaria Nacional de Juventude do PT. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores, Fundação Perseu Abramo, 2008, 37 p. Site <http://www.pt.org.br/portalpt/> acessado em 19/09/2009.
7. MANUAL de Propaganda Eleitoral. PT. Grupo de Trabalho Eleitoral 2006. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores-PT, junho de 2006, s/Ed., 27 p.
8. MANUAL de Propaganda Eleitoral. Stella Bruna Santo e Márcio Luis Silva. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores-PT. Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral- GTE (julho de 2006). Site <http://www.pt.org.br/portalpt/> acessado em 19/09/2009. 15 p.
9. METODOLOGIA e Instrumentos para Elaboração de Programa de Governo. O modo petista de fazer eleições 2008. Publicação do Grupo de Trabalho Eleitoral- GTE, Maio/2008. Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores. São Paulo. 71 p. Site <http://www.pt.org.br/portalpt/> acessado em 19/09/2009.
10. O MODO Petista de Ação Parlamentar. Uma Contribuição para Vereadores e Vereadoras. Diretório Nacional do PT; Secretaria Nacional de Formação Política, Fundação Perseu Abramo. Editora Fundação Perseu Abramo. São Paulo, março de 2005, 1ª Edição, 222 p.
11. PARTIDO dos Trabalhadores: Estatuto. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2001, 160 p.
12. RESOLUÇÕES – DN e CEN. PT. Caderno 1. Secretaria Nacional de Comunicação e da Secretaria Nacional de Organização Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores-PT, s/d, s/nº de p.

13. RESOLUÇÕES – DN e CEN. PT. Caderno 2. Secretaria Nacional de Comunicação e da Secretaria Nacional de Organização Diretório Nacional do Partido dos Trabalhadores-PT, s/d, s/nº de p.

ENTREVISTAS GRAVADAS

1. HUMBERTO Lopes Cunha, comunicólogo, militante e membro do GTE do PT/PA
2. JOÃO BATISTA Barbosa da Silva, presidente Estadual do PT/PA e coordenador estadual do GTE/Pará, em 2008.

ANEXO

GTE Nacional 2000

Resolução do Diretório Nacional

Considerando as Resoluções do II Congresso sobre as eleições municipais de 2000 (“uma vitória esmagadora das oposições precipitará a crise do governo e deixará mais clara para sociedade a necessidade e possibilidade de um novo governo.”);

Considerando a necessidade de orientar e preparar o partido para as eleições municipais de 2000: política de alianças, plataforma programática, estratégia eleitoral;

Considerando o acúmulo partidário nos governos das cidades (Modo Petista de Governar) e suas exitosas políticas e projetos;

Considerando a necessidade de ampliar os mandatos parlamentares municipais e orientar as campanhas das candidaturas as câmaras municipais

Considerando as potencialidades do desempenho eleitoral do nosso partido:

O Diretório Nacional do PT resolve constituir o **Grupo de Trabalho Eleitoral 2000 – GTE 2000** com as seguintes atribuições:

Acompanhar e orientar, em sintonia com os DR’s, a sucessão nas atuais prefeituras petistas;

Definir, em conjunto com os DR’s, as cidades prioritárias e operar um sistema de acompanhamento dessas localidades;

Delinear os eixos temáticos dos programas de governo;

Organizar e realizar a Conferência Nacional Eleitoral 2000, com a participação dos atuais prefeitos petistas, candidatos à reeleição, pré-candidatos majoritários petistas das 100 maiores cidades do país, dos GTE’s estaduais e dos presidentes dos DR’s e dos DM’s das capitais.

Auxiliar a formação dos GTE’s estaduais e estabelecer com eles uma agenda comum.

Colocar à disposição do partido informações referentes a:

- desempenho eleitoral em 1982, 1988, 1992, 1996 e 1998;
- experiências de governos municipais petistas e os principais projetos dessas
- administrações
- pesquisas de opinião
- legislação eleitoral

Organizar o debate no partido de temas nacionais que influenciam ou interferem na disputa local, como é o caso atual da reforma tributária, das concessões de serviços públicos, da re-

forma da previdência...

Auxiliar os DRs e DMs no planejamento das campanhas eleitorais .

Subsidiar os GTE’s estaduais na implementação da política de alianças.

Informar a CEN e o DN periodicamente sobre o andamento do processo eleitoral e subsidiar eventuais deliberações.

Criar e operar a homepage PT-ELEIÇÕES 2000 que viabilize a troca de experiências entre campanhas e/ou administrações petistas, bem como uma sintonia de iniciativas, ações e propostas de trabalho no âmbito das disputas eleitorais das quais iremos participar nas (principais) cidades do país.

Preparar uma agenda nacional para as nossas principais lideranças.

Propor elementos comuns para um projeto de comunicação para as eleições.

Apresentar à CEN o orçamento do GTE 2000 .

O GTE –Nacional 2000 será constituído por 12 membros:

1 Coordenador Geral, os Secretários Nacionais de Assuntos Institucionais, de Comunicação, de Finanças, de Formação Política e de Organização, o Presidente da Fundação Perseu Abramo e 4 membros da Direção Nacional e um representante da bancada federal

O GTE-Nacional 2000 terá uma Secretaria Executiva composta por assessores e quadros administrativos disponibilizados pela CEN.

A Conferência Nacional Eleitoral será realizada em Brasília.

A Proposta de Resolução GTE Nacional 2000 foi aprovado por unanimidade.

Foram indicados e aprovados pelo DN os seguintes membros para compor o GTE:

- João Paulo Cunha - Coordenador Geral
- Vicente Trevas - Secretário Nacional de Assuntos Institucionais
- Ozéas Duarte - Secretário Nacional de Comunicação
- Delúbio Soares - Secretário Nacional de Finanças
- Joaquim Soriano - Secretário Nacional de Formação Política
- Silvio Pereira - Secretário Nacional de Organização
- Romênio Pereira
- Vitória Cancelli
- Francisco Campos
- José Guimarães
- Presidente da Fundação Perseu Abramo
- Representante da Bancada Federal